

COLORISMO E ESTRATÉGIA DE PERPETUAÇÃO DO RACISMO NO BRASIL

Mayelle Romano SAVI¹
Melissa PINTO²

RESUMO: Em um cenário de colonização, o colorismo é muito comum. Quanto mais pigmentada uma pessoa, mais exclusão e discriminação ela sofrerá. O colorismo é muito comum em países que sofreram com a colonização europeia e em países pós escravidão. Isso dificulta e até impede completamente o acesso de pessoas de pele escura a determinados lugares da sociedade. Muitas dessas ações, da esfera privada à governamental, continuarão voltadas para a comunidade negra, mas principalmente para os negros de pele mais clara. Portanto, é importante que o movimento negro acolha os negros de pele clara, e não os exclua. O resultado são milhares de brasileiros de pele clara vivendo na encruzilhada de ser ou não ser negro. Temos como conceito central comum desse conjunto de atos normativos, temos um conceito central de que dentro das comunidades nacionais existem grupos com identidades específicas que garantem o controle de suas próprias instituições e modos de vida. Portanto, para os Estados-nação, a defesa da diversidade cultural torna-se um imperativo para respeitar a dignidade humana. Este elemento é importante porque representa especificamente nossa brancura em seu ariano, o que não é em sua pureza. No Brasil, talvez mais do que no resto do mundo, o clareamento é uma dessas estratégias. Além disso, dificulta ou até mesmo bloqueia completamente a entrada de pessoas de pele escura em determinados segmentos da sociedade. Erradicar o racismo é uma estrutura questionável das populações negras de diferentes formas: através do genocídio, da exclusão territorial, da fome. Em uma pesquisa marcante nos anos 90, eles perguntaram: “Você se considera racista?” 97% disseram “não”, e quando perguntados se conheciam algum racista, 97% responderam que sim. Então há uma certa contradição, não temos certeza do que é o racismo em si. O branqueamento populacional é uma política nacional, mas também é aplicada do ponto de vista psicológico, interferindo no inconsciente das crianças negras. As leis que estabelecem o racismo trouxeram diversos comportamentos que impedem as pessoas de exercerem seus direitos. Os tribunais, por serem tendenciosos, acabam transformando esse crime em um insulto racial. Politicamente, os sistemas eleitorais que mantêm o privilégio da elite e a segregação racial mantiveram essencialmente a estrutura do modelo imperial. A normalização da sociedade branca veio em grande parte do setor jurídico, fortemente influenciado pelo racismo científico. Com a perseguição religiosa, a padronização branca da sociedade tornou-se mais explícita. O advento do Movimento Glamour e dos neopentecostais mais uma vez ameaçou o pluralismo e a diversidade cultural da nação brasileira.

Palavras-chave: Colonização; Branquismo; Exclusão; Comunidade negra; Pluriétnicidade; Colorismo; Desigualdade.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo busca tratar sobre o termo colorismo, que é conceituado como a relação entre o tom de pele de uma pessoa e a obtenção de privilégios, ou seja, o termo quer dizer que, quanto mais pigmentada uma pessoa, mais exclusão e discriminação ela sofrerá, menor a possibilidade de obter uma qualidade melhor de saúde e outros privilégios e direitos. Por outro lado, quanto mais clara a pele de uma pessoa, mais oportunidades ela terá em termos de educação, saúde, habitação, emprego e qualquer outro direito ou privilégios. Sendo assim, é pressuposta pela noção de que a pele negra seria resultado de selvageria, feiura, irracionalidade e inferioridade. Já a brancura, seria o sentido oposto, como a civilidade, racionalidade, beleza e superioridade. Tornando-se essas definições, a base para o colorismo. Além disso, constata que não há processo inclusivo e não reconhece sua multiétnicidade, ao mesmo tempo em que consolida um sistema de exclusão e meritocracia que é construído e naturalizado por meio de uma série de segregação, dominação e privilégio sobre determinada classe e de raça. Reforçando as desigualdades, marcadas, ou melhor, justificadas pelo nosso mito da democracia racial, em que a "coexistência harmoniosa" favorece a relação sem alterar significativamente esse status ou situação hierárquica, mantendo o Equivalente aos padrões da época do Império, em que não-brancos às origens foi negado o acesso a determinados espaços.

Portanto, nosso racismo está em consonância com a luta pela não inclusão social de outras raças. Esses elementos ainda estão presentes em nosso contexto cultural, naturalizado principalmente através da mídia e do importante papel desempenhado pela Igreja Cristã - uma condição de vida agora considerada natural, aqui independente dos fatores históricos, econômicos e políticos que levam a maior parte da população estado subumano.

Por fim, este trabalho busca levantar a necessidade de autorreflexão, ou melhor, a relação condenada e subordinação dos negros brasileiros. Também pretende criticar as tentativas da elite dominante de mascarar nossa realidade local no processo revolucionário brasileiro mais amplo, como um primeiro passo para preencher essa lacuna, que chamamos de brasilidade, que a multiétnicidade de nossa população irá superar. Os padrões, ainda que não explícitos ou claramente visíveis, ocorrem de forma subjetiva em todos os movimentos sociais, políticos e econômicos, subestimados e até obscurecidos em eficácia. Logo, uma condição necessária do processo de descolonização é devolver a essas comunidades a dignidade de seu passado ancestral, e mudar essa trágica realidade no Brasil ajuda a formar um Estado-nação com maior compromisso com a nossa democracia.

2 RAÇA E COLONIALISMO

O processo histórico do Brasil, marcado pelo sistema colonial, e o não reconhecimento de nossa multiétnicidade, estabeleceu uma relação proposital com um modelo econômico e social que garante sua preservação, exclusão e a não real independência do Estado. Qualquer ideia ou atitude que segregasse o ser humano em alta ou baixa hierarquia era fruto da época de colonização e escravidão instaurada pelos colonizadores portugueses. Assim, a sociedade geralmente aceitava a naturalização da desigualdade social, a plutocracia, a meritocracia como forma de manutenção do sistema.

Nesse contexto, é imprescindível entender que a raça tem uma relação fundamental nesse empreendimento. De acordo com Quijano: "no sentido moderno, o conceito de raça não tem história conhecida antes dos Estados Unidos". Assim, para que o colonialismo opere dentro da dominação do povo e da estrutura capitalista estabelecida, as ideias são estruturadas em torno da raça na sociedade, visando transformar a raça branca em um modelo de "civilização" e "superiores". Os brancos serão os primeiros a "evoluir" para a civilização, enquanto os negros, amarelos, nativos, enfim, raças "inferiores" precisam "evangelizar"; aprender a colonizar colonos de língua "superior"; uma religião que lhes convém, vestimenta e modo de vida. Era preciso impor um padrão a ser cumprido que, segundo Quijano, acabava levando a um conflito entre colonizadores e colonizados. Relações de poder (Quijano colonialismo) em sua colonização das Américas. Ele nos explicou e concordamos com ele em uma análise da racialização que o colonialismo impôs uma divisão racial sistemática do trabalho.

Percebe-se que os negros são responsáveis apenas pelo trabalho escravo. Assim, os escravos trazidos da África foram primeiro desumanizados e classificados como inferiores. Sua cultura, sua língua, seu conhecimento acumulado devem ser postos de lado para preservar a ideia de uma raça inferior. E não podemos ignorar o fato de que esses povos africanos são obrigados a deixar uma história completa em sua terra, aliás, história, ancestralidade, a forma de ver e entender o mundo. Quando engravidaram, foram privadas de suas vidas e impostas a vidas que não eram suas. Ao contrário de outros países, a saída do sistema colonial brasileiro não nos levou a um processo de constituição de nossa nacionalidade. Dessa forma, o colonialismo pode trilhar o caminho da dominação dentro da estrutura do capitalismo e do povo, com o objetivo de transformar a raça branca em um modelo de "civilização" e "superioridade", mantendo seu status quo e desconsiderando sua própria realidade. Argumentar que o colonialismo não estava prestando atenção a essa relação com o sistema socioeconômico capitalista é, portanto, ser cego ao interesse exploratório que a colonização trouxe. A fixação conceitual é limitada e não condiz com a nossa realidade.

A natureza colonial dessa ideia se expressa das formas mais rudes ou violentas. A ruptura com esse modelo significaria um processo revolucionário com consequências imprevisíveis e uma clara necessidade de suprimir a meritocracia. Esses elementos foram incorporados e existem em nosso contexto cultural, principalmente pela naturalização midiática e pelo importante papel desempenhado pelas igrejas de origem cristã, consideradas naturais e aqui independentes de fatores econômicos, políticos e sociais, que resultou e manteve a maioria da população em um estado não humano.

2.1 Pluriétnicidade e Branquismo

Temos como conceito central comum deste conjunto de atos normativos, temos um conceito central de que dentro das comunidades nacionais existem grupos com identidades específicas que garantem o controle de suas próprias instituições e modos de vida e suas economias dentro dos limites do país em que vivem, desenvolvem, mantêm e fortalecem suas entidades, línguas e religiões dentro.

Portanto, para os Estados-nação, a defesa da diversidade cultural torna-se um imperativo para respeitar a dignidade humana.

Esse elemento é importante porque representa especificamente nossa branquitude em sua ariana, que não se encontra em sua pureza, mas em “uma sociedade hierárquica marcada pela sociedade negra e indígena e pela desigualdade racista” ideologia branqueadora” (SHUMAN, 2012. P. 12), caracterizo aqui sua luta para fazer valer seus privilégios, historicamente conferidos, o que contraria fortemente o discurso atual. como noção central, comum a esse conjunto de atos normativos, que no seio da comunidade nacional, há grupos portadores de identidades específicas e que cabe ao direito assegurar-lhes o controle de suas próprias instituições e formas de vida e seu desenvolvimento econômico, e manter e fortalecer suas entidades, línguas e religiões, dentro do âmbito dos Estados onde moram. Assim, a defesa da diversidade cultural passa a ser, para os Estados nacionais, um imperativo do respeito à dignidade da pessoa humana.

Além disso, dificulta ou até mesmo bloqueia completamente a entrada de pessoas de pele escura em determinados segmentos da sociedade, comprometendo assim os serviços a que têm direito como cidadãos brasileiros. É questionável erradicar o racismo estrutural das populações negras de diferentes maneiras: por meio de genocídio, exclusão territorial, fome etc. Por isso, no Brasil, talvez mais do que no resto do mundo, o branqueamento é uma dessas estratégias. Faça da raça uma construção social de diferentes padrões. O que é considerado branco aqui, não é no resto do mundo. Mas a realidade que enfrentamos é diferente!

Como pinta Gilberto Freyre em sua análise histórica de Casa Grande e Senzala, ele despedaçou a ideia de que o Brasil estava condenado e que todas essas raças conseguiriam viver em harmonia. Divergente com sua avaliação do brasileiro. Um livro que quebra essa característica é colocado no Brasil. Como uma típica democracia racial, diferentes nações e culturas podem conviver democraticamente. Não prejudicamos nem excluímos pessoas com base na raça. Por outro lado, todos sabemos que vivemos em um racismo gracioso, ou seja, finjo que não existe. Em uma pesquisa marcante nos anos 90, eles perguntaram: “Você se considera racista?” 97% disseram “não”; além disso, eles perguntaram: “Você conhece algum racista?” 97% disseram que sim. Então há uma certa contradição, não temos certeza do que é o racismo em si!

Logo, o branqueamento populacional é uma política nacional e também uma política nacional, mas também é aplicada do ponto de vista psicológico, interferindo no inconsciente das crianças negras e mestiças, sendo difícil encontrar identidade e valor. suas raízes. O resultado é que milhares de brasileiros negros de pele clara vivem na encruzilhada de ser negro ou não.

Portanto, é importante que o movimento negro acolha os negros de pele clara, não os exclua. Porque sem um programa nacional para essa agenda, muitas ações da esfera privada à governamental continuariam tendo como alvo a comunidade negra, mas principalmente os negros de pele clara.

3 CONCLUSÃO

As leis que estabelecem o racismo trouxeram vários comportamentos que impedem as pessoas de exercerem seus direitos. Os tribunais, por serem tendenciosos, acabam transformando esse crime em um xingamento racial, até mesmo do Animus Jocandi. Como disse o pensador Sergio Bouac de Hollanda, tentando descrever os brasileiros, entendendo a composição diversa dos brasileiros de pessoas apaixonadas que acabam prejudicando as relações afetivas, muitas vezes pela informalidade. "Eu sou seu amigo, você não me dá um desconto?" é considerado hereditário. No Brasil, por outro lado, nunca tivemos uma distribuição justa de terras ou direitos. Olhando para o curso da história, vemos também elementos negros sendo excluídos do direito à moradia, empurrados para terrenos baldios no estado, ou seja, terras geograficamente remotas.

Politicamente, os sistemas eleitorais que mantêm o privilégio das elites e a segregação racial têm mantido essencialmente a estrutura do modelo imperial, ajudando a fortalecer o colonialismo político em todo o país, com famílias no poder nas cidades e até nos estados, o que ainda hoje é possível encontrar. , o próprio sistema eleitoral privilegia a forma de coronéis, suas decisões se tornam leis próprias, o governo brasileiro não tem impacto significativo, exceto em casos extremos, como Canudos, Farroupilha, em outros levantes e revoltas, em geral, quando estados ou municípios Quando não há grandes mudanças na gestão do governo, eles são esquecidos, ou melhor, sua população foi e está sendo esquecida pelo governo central.No entanto, a normalização da sociedade branca partiu em grande parte do setor jurídico, fortemente influenciado pelo racismo científico, não apenas criando barreiras, mas legislando diretamente para criminalizar os mais diversos aspectos da comunidade negra, em nossa república, como o Decreto de 1890, que trata de moradores de rua e capoeiras, com penas que variam de 2 a 6 meses, para que possamos ver quem é diretamente prescrito pela lei e reeditado em 1941; a prática contra capoeiras desenvolvida a perseguição cultural dos EUA é outro sintoma dessa padronização, no entanto, com a perseguição religiosa, a padronização branca da sociedade tornou-se mais explícita, e a perseguição às religiões afro-americanas continuou até meados do segundo semestre do ano. Ou seja, no século XX, recentemente, com o advento do Glamour Movement e dos neopentecostais, voltaram a ameaçar o pluralismo e a diversidade cultural da nação brasileira. Não é demais destacar o papel desempenhado pela legista Nina Rodrigues, que em sua pesquisa descreve a natureza criminosa dos negros, que molda e cumpre a política de segurança nacional, onde a presença de negros é vista como uma ameaça, mesmo a perpétua sustentabilidade do indivíduo negro, está constantemente presente nas batidas policiais em nosso cotidiano.

Claramente, como dissemos no início da reflexão, esses movimentos, ainda que desvinculados da objetividade programada, conformam-se aos princípios fundamentais e únicos de branqueamento da sociedade brasileira estudados até então e impõem a superioridade do arianismo que não existe em nosso país, porém, se impõe por meio de uma ideologia que tem como premissa a negação do outro, a multietnicidade do Brasil. Esses aspectos são claramente alheios ao estado político do país, e a combinação desses fatores afeta negativamente o cotidiano da comunidade negra, desprivilegiada, percebida como desempoderada pelo impacto sistêmico de raça e padrões sociais, tentativas de encontrar pequenas lacunas em aceitação.

Portanto, Fanon aborda brilhantemente a subjetivação do racismo, que precisa ser analisada, e não pode ser ignorada aqui, para se entender que a complexidade do racismo reside justamente na natureza metafísica da Naturalização das práticas que afetam nossa sociedade, permitindo a natureza estrutural do racismo em o estado, sua naturalização e o pior cenário da sociedade, negando a cultura e a autoimagem de indivíduos não brancos.

REFERÊNCIAS

CENTRO UNIVERSITÁRIO “ANTONIO EUFRÁSIO DE TOLEDO” de Presidente Prudente. **Normalização de apresentação de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. 2007 – Presidente Prudente, 2007, 110p.

<https://sindijuspr.org.br/noticias/3/noticias/12616/formacao-racismo-e-colonialismo-no-brasil>

<https://pt.scribd.com/document/253109887/10-DeborahDuprat-direito-sob-o-marcoda-plurietnicidade-emulticulturalidade-pdf>

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/Ck7rHFqYLdrTYPv4m3pBLks/?format=html&lang=pt>
www.todamateria.com.br/racismo-no-brasil